



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOA VIAGEM**

Número do SAJ 09.2020.00001355-8

**RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 0002/2020/1ª PmJBVG**

**EMENTA. RECOMENDAR AO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM E À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/HABITAÇÃO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA VOLTADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, BEM COMO ADOÇÃO DE MEDIDAS QUE PERMITAM O ISOLAMENTO SOCIAL, HIGIENE E ALIMENTAÇÃO, DIANTE DA SITUAÇÃO DE CRISE VIVENCIADA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19).**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, por intermédio do **PROMOTOR DE JUSTIÇA** respondendo pela **1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Boa Viagem**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 129, incisos III, VI e IX, da Constituição Federal de 1988; artigo 26, inciso I, e alíneas, da Lei Federal nº 8.625/93, artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 75/93, e atendendo às determinações constantes da Resolução nº 036/2016 do OECPJ/CE;

**CONSIDERANDO** que o **DIREITO À SAÚDE E À MORADIA** são direitos fundamentais expressamente tutelados pela Constituição Federal de 1988, incorporados ao rol de direitos sociais, além de serem reconhecidos por diversos Tratados de Direito Internacional dos quais o Brasil é signatário, tais como Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê o direito à habitação e à saúde como os componentes mínimos existenciais para a dignidade da pessoa humana;

**CONSIDERANDO** os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem qualquer forma de preconceito ou discriminação, conforme expresso no artigo 3º, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB), que situa a pessoa como centro das preocupações estatais;

**CONSIDERANDO** que a garantia do direito à *saúde e à moradia* constitui *competência comum* dos entes federados, nos termos do art. 23, II e IX da Carta Maior;



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOA VIAGEM**

**CONSIDERANDO** a situação de crise na saúde pública vivenciada atualmente em todo o mundo, decorrente da rápida propagação do novo Coronavírus (COVID-19), tendo sido classificada como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** que o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e que o Governo do Estado do Ceará decretou situação de emergência em saúde pública, através do Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020, e intensificou as medidas de isolamento social para evitar a propagação do vírus, por meio do Decreto nº 33.519, de 19 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** que, da mesma forma, o Município de Boa Viagem decretou situação de Emergência em Saúde (Decreto nº 28/29/30/31/32 de 2020);

**CONSIDERANDO** que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, declarou estado de Calamidade Pública Nacional, o que libera os entes federados da obrigação de cumprimento da meta fiscal para 2020, suspendendo medidas de ajustes das contas públicas presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal e possibilitando o aumento de gastos no combate à propagação do Coronavírus;

**CONSIDERANDO** a condição de transmissão comunitária do coronavírus (Covid-19) e a necessidade premente de envidar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade e oportunizar manejo adequado dos casos leves na rede de atenção primária à saúde e dos casos graves na rede de urgência/emergência e hospitalar, conforme previsto na Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde;

**CONSIDERANDO** que as principais orientações dos órgãos de saúde nacionais e internacionais para evitar uma maior propagação do COVID-19 é o isolamento social, devendo ser evitado ao máximo contato com grande número de pessoas, e a adoção de medidas restritas de higiene pessoal;

**CONSIDERANDO** a situação de extrema vulnerabilidade social das pessoas em situação de rua, juridicamente caracterizadas – conforme o parágrafo único do art.



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOA VIAGEM**

1º do Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua – como “pertencente a grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, utilizando os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”;

**CONSIDERANDO que as pessoas em situação de rua encontram-se em posição ainda mais vulnerável diante da pandemia do Coronavírus, visto que estão sem acesso à moradia digna e, portanto, sem qualquer possibilidade de isolamento, além de estarem submetidas a condições precárias de higiene e de alimentação/hidratação.**

Acrescente-se a isso o fato de que grande parte da população em situação de rua é composta por **idosos e portadores de doenças crônicas respiratórias, como a tuberculose,** considerados, portanto, **inseridos no grupo de risco** para o Coronavírus.

**CONSIDERANDO** que a manutenção desses indivíduos nas ruas de Boa Viagem representa grande risco à própria saúde deles, bem como a de toda a população, visto que o Coronavírus se dissemina com grande facilidade por meio de contato pessoal;

**CONSIDERANDO** a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, que tem sido entendida como a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e obstar o colapso do sistema de saúde, conforme comprovada experiência na Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong, que, adotando medidas restritivas na aglomeração de pessoas, mantiveram baixo o número de casos.

**CONSIDERANDO** que, no caso das pessoas em situação de rua, a medida mais eficaz para protegê-las e para proteger toda a população, seria possibilitar o isolamento social em moradias temporárias, uma vez que os abrigos existentes na cidade não proporcionam o adequado isolamento;

**CONSIDERANDO**, ainda, que o Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua, elenca objetivos, em seu artigo 7º, dentre os quais: “XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOA VIAGEM**

para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade”, o que se vislumbra ação ainda mais importante no cenário atual, tendo em vista que uma alimentação/hidratação adequada favorece a saúde do indivíduo em situação de rua, essencial em razão da propagação do Covid-19;

**CONSIDERANDO** que, da mesma forma, a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua determina que seja assegurado a esses indivíduos acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde e moradia (art. 7º, inciso I). Desse modo, é necessário que as pessoas em situação de rua estejam contempladas nos planos de saúde pública emergenciais adotados pelo Poder Público Municipal diante da Pandemia do Coronavírus, sendo essencial o fornecimento de material de higiene pessoal, adoção de medidas eficazes de isolamento desses indivíduos, fornecimento de alimentação/hidratação adequadas, além de outras medidas que se mostrem necessárias à proteção da vida e da saúde da população em situação de rua do município de Boa Viagem;

**CONSIDERANDO**, por fim, que são princípios da Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua, entre outros, a igualdade, a equidade, a dignidade da pessoa humana, o respeito à vida, o atendimento humanizado e universalizado (art. 5º); e que são diretrizes dessa Política a promoção de direitos civis, a articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais, bem como a superação do preconceito e o respeito no atendimento desse grupo populacional (art. 6º), esses indivíduos não podem ficar excluídos dos planos de contingência voltados ao combate ao Coronavírus, devendo receber atenção adequada por parte do Poder Público, ante a sua vulnerabilidade;

**RESOLVE RECOMENDAR** à Prefeitura de Boa Viagem, à Secretaria Municipal de Assistência Social/Habitação, diante da situação de crise vivenciada em decorrência da Pandemia do Coronavírus (COVID-19):

- a. Que seja apresentado plano de contingência, voltado à população em situação de rua, esclarecendo as responsabilidades estabelecidas para atender a emergência e conter o alastramento do vírus;**
- b. Que sejam apresentadas quais as medidas estão sendo adotadas, em casos de indivíduos sintomáticos, diante da extrema vulnerabilidade da população em situação de rua;**
- c. Que sejam ampliadas e disponibilizadas, com urgência, vagas no Programa de**



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOA VIAGEM

- Locação Social a serem destinadas às pessoas em situação de rua, com o fito de possibilitar o isolamento social desses indivíduos ante a propagação do Coronavírus;**
- d. Que seja providenciada a alocação de pessoas em situação de rua em prédios ociosos e subutilizados que disponham de condições de habitabilidade na cidade de Boa Viagem;**
  - e. Que seja disponibilizado material para que as pessoas em situação de rua possam realizar condutas de higiene pessoal, uma vez que essa é uma das principais formas de combater e evitar a transmissão do Coronavírus;**
  - f. Que seja disponibilizada alimentação e hidratação adequadas para as pessoas em situação de rua, tendo em vista que uma alimentação saudável e uma boa hidratação garantem a saúde do indivíduo, tornando-o mais saudável e menos vulnerável ao vírus;**

Remeta-se a presente RECOMENDAÇÃO para a Prefeita de Boa Viagem e Secretária de Assistência Social/Habitação, requisitando, no prazo de até 5 (cinco) dias, resposta, através do e-mail **promo.boaviagem@mpce.mp.br** e/ou whatsapp (**88-99762-5782**), com as providências adotadas para cumprimento desta RECOMENDAÇÃO.

Publique-se no Diário do MPCE. Registre-se. Arquive-se

Boa Viagem, 27 de março de 2020.

**Alan Moitinho Ferraz**

**Promotor de Justiça Respondendo**